

O Javista em Gênesis 12,1-3

TEOLOGIA COMO PENSAMENTO CONCRETO (*)

KLAUS HOMBURG

I. Quanto ao problema.

Na sua proto-história o javista (J) reuniu uma série de tradições que pertencem às narrações mais conhecidas do Antigo Testamento, como as histórias da criação e do paraíso, de Caim e Abel, do dilúvio ou da torre de Babel. Todas estas narrações não são especificamente israelitas. Em lugar algum fala-se nelas de Israel e dos planos especiais, segundo os quais Javé dirige os destinos do seu povo. Talvez a grande influência que estas histórias ainda hoje tem dependa exatamente do fato de elas estarem orientadas para aquilo que é peculiar a todo o homem, para aquilo que sempre de novo acontece, para aquilo que qualquer um sabe e sempre de novo deve experimentar. Esta proto-história não é de maneira alguma uma retrospectiva para um tempo mítico e remoto, mas ela aborda experiências básicas constantes da humanidade, as "Ursituationen des Menschseins" (1). Como que em instantâneos isolados são aqui expostas, de maneira concentrada, as grandes perguntas da humanidade, como: pergunta pela intranquilidade na relação homem-mulher, pelo fenômeno da culpa, que destrói subitamente um organismo sã, como pergunta pela fadiga do trabalho humano, pelas forças da natureza que, uma vez, irrompem de maneira caótica para então novamente se apresentarem ordenadas e, finalmente, como pergunta pelas possibilidades de um entendimento lingüístico entre os povos.

O que o Antigo Testamento narra da eleição dos patriarcas, do êxodo do Egito e da doação da terra prometida é claramente outro assunto. Estes temas compõem o cerne da tradição da história salvífica de Israel e as tradições da humanidade da proto-história não pertenceram a este testemunho, o mais antigo da fé em Javé. Isto evidencia também a origem histórico-religiosa destas narrações, que sem exceção não são oriundas do âmbito da fé em Javé. Bem claro torna-se isto na história da torre de Babel no cap. 11

(*) A tradução do original alemão devemos a Geraldo Korndoerfer.

(1) Ph. Nüchtern (ed.), Die Urgeschichten (1967); a citação encontra-se na p. 15. Instrutivo também é o breve comentário em: Das Buch der Bücher-Aites Testament, 1970, pp. 126s, de H. Lutz, H. Timm, E. C. Hirsch (ed.).

que tem origens babilônico-sumerianas. O mesmo acontece na narração do dilúvio nos caps. 6 a 8. Mas também para as narrações restantes a origem extra-israelita é evidente, ainda que não comprovável. Portanto estas tradições da humanidade não sabem nada de uma história de eleição de Israel tampouco como esta originalmente sabe de tradições da humanidade. De fato podemos ver que os testemunhos de fé mais antigos de Israel tem seu início com os patriarcas, isto é, com a eleição de Israel, e que eles ainda não têm conhecimento de uma proto-história (2). Assim podemos partir do fato de que estes dois círculos de tradição coexistiram independentemente por muitos séculos.

A compreensão da história começa quando nós a colocamos novamente naquele "estado de agregação", "no qual ela era ainda decisão" (3). Se nos esforçamos neste sentido, veremos então que ainda por volta da metade do século X a. C. deve ter existido, para os diferentes círculos teológicos de Israel, o problema de como tornar compatíveis as tradições da humanidade extra-israelitas com a velha fé em Javé. Havia a possibilidade de fixar-se uma delimitação rigorosa e clara e a história da eleição de Israel teria se transformada possivelmente numa história especial e elitista de um grupo privilegiado. Por outro lado, poder-se-ia colocar Israel decididamente no círculo do mundo das nações. Nós também podemos formular a pergunta da época da seguinte maneira: Que atitude realmente tomava Javé, o deus do êxodo, em relação aos povos, sua religião e sua cultura? Como se relaciona Javé com os povos que pela primeira vez se confrontaram em tão grande número com Israel no então grande reino de Davi e Salomão?

O javista foi o primeiro a apresentar uma solução para estas perguntas, unindo os dois círculos de tradição até lá independentes e antepondo a sua proto-história ao velho credo israelita (4).

Este estudo pretende mostrar o estreito relacionamento deste trecho eminentemente teológico com a realidade concreta do seu tempo, pretende mostrar como o pensamento do javista se desenvolve na unidade de reflexão e concreção.

II. Observações sobre o texto de Gn. 12, 1-3.

Dentro da obra histórica do javista o texto de Gn. 12, 1-3 ocupa uma posição-chave, pois se trata aqui de um trecho de conexão teológica que une a proto-história do javista com a história dos patriarcas.

- (2) Compare o pequeno credo histórico em Dt. 26, 5ss; Js. 24, 2ss e ainda G. von Rad, *Das formgeschichtliche Problem des Hexateuch*, 1938, em: *Gesammelte Studien zum Alten Testament*, Theol. Bücherei 8 (1958) all pp. 11ss; confira também *Das erste Buch Mose (Genesis)*, em: *Das Alte Testament Deutsch*, 2/4, pp. 8ss.
- (3) H. Freyer, *Diltheys System der Geisteswissenschaften und das Problem Geschichte und Soziologie* em: *Kultur- und Universalgeschichte*, FS für W. Goetz (1927), p. 499.
- (4) Para a anteposição da proto-história confira von Rad, *Das formgeschichtliche Problem des Hexateuch*, p. 71; o mesmo ATD 2/4, pp. 15s.

1. Tradução:

(1) E falou Javé a Abraão:

“Sai da tua terra, da tua parentela e da família do teu pai para a terra que te mostrarei!

(2) Assim quero fazer de ti um grande povo e quero te abençoar e quero engrandecer o teu nome e sê tu uma bênção.

(3) Quero abençoar aos que te abençoam; aquele, porém, que te difamar, este eu amaldiçoar; assim podem alcançar (5) a bênção em ti todos os clãs da terra.”

2. Sintaxe:

A estrutura lingüística do texto apresenta-se da seguinte maneira:

(1) Sai...

(2a) assim quero fazer de ti...
e quero te abençoar
e quero engrandecer...

(2b) e sê tu uma bênção.

(3a) Quero abençoar...
...este eu amaldiçoar.

(3b) Assim podem alcançar a bênção em ti todos os clãs da terra.

O período começa com um imperativo (v. 1) do qual dependem cinco orações consecutivas formuladas no imperfeito ou no cooperativo (v. 2a e 3a) (6). Desta sintaxe destacam-se, não só no que se refere ao sujeito, como também ao predicado (7), a oração imperativa v. 2b e a oração consecutiva v. 3b, que finaliza o trecho. Estas orações, portanto, são destacadas, neste falar de Javé dos vv. 1-3, no aspecto gramatical e sintático. A este realce corresponde indubitavelmente um elemento de conteúdo. Exatamente aquelas orações, em que Abraão é constituído mediador de bênção para todos os povos, possuem o acento principal neste trecho do javista.

3. História da Tradição:

Isto é confirmado pela análise da história da tradição. O javista formulou suas palavras a partir de tradições mais antigas. Aparecem principalmente os motivos da promessa da terra (v. 1), da promessa da descendência (v. 2) e de bênção. O primeiro destes motivos achava-se presente na tradição dos patriarcas. O javista

(5) O verbo (perf. cons. nif.) deve ser traduzido modalmente, não com o puro indicativo (assim Almeida: “serão benditas”), pois a posição dos povos frente a Israel (3a) pode significar uma eventual limitação da promessa (3b).

(6) Quanto à conexão consecutiva e à análise em geral confira H. W. Wolff, *das Kerygma des Jahwisten*, em: *Gesammelte Studien zum A. T., Theol. Bücherei 22, 1964*, pp. 345ss; lá pp. 351ss com obs. 28. Em contraste com suas explicações restantes Wolff subestimou o caráter imperativo do v. 2b na sua análise gramatical.

(7) v. 2b: sujeito — Abraão; predicado — imperativo. v. 3b: sujeito — todos os clãs da terra; predicado — perf. cons. nif.

conhecia a promessa da terra, como mostram Gn 12, 6s. e 28, 13, mas nestes trechos fala-se ambas as vezes no "doar" da terra, enquanto que Gn. 12, 1 apresenta neste contexto a expressão "mostrar", muito menos expressiva. Se o javista evita no nosso texto a expressão tradicional ("a terra, que eu te quero dar"), isto decorre obviamente da importância menor que esta tradição tem para ele. Além disso, a tomada da terra já era um fato consumado na época do javista (8). Também a promessa da descendência era conhecida do javista através da tradição dos patriarcas e, na verdade, em sua forma mais original, a da promessa do filho (9). Nota-se logo que também este elemento da promessa sofre uma transformação na mão do javista e isto num claro sentido de ampliação: a promessa original de um filho transformou-se numa promessa de formação de um povo.

Finalmente, também o motivo da bênção tem sua base na tradição mais antiga, pois ele sempre já pertenceu à promessa da descendência (10). Contudo, também aqui o javista vai além das afirmações da tradição, pois para ele a bênção não é mais a palavra poderosa com efeito imediato, mas a bênção é prometida somente para tempos futuros (11). As orações nos v. 2b e 3b, em que se fala da transmissão da bênção para os povos, não têm de maneira alguma base na tradição (12).

A análise da história da tradição mostra, assim, que o javista modelou a sua palavra como palavra de Javé com uma interpretação criativa da tradição mais antiga que estava à sua disposição. A palavra é sua livre formulação e esta sublinha especialmente com as orações nos v. 2b e 3b, sintaticamente postas em destaque, o motivo da bênção que deve sair de Israel para todos os povos.

III. Gn. 12, 1-3 como fim da proto-história.

Nosso texto está colocado no ponto de transição da proto-história para a história dos patriarcas. Ele pode ser entendido tanto do ponto de vista da proto-história como do da história dos patriarcas. Vejamos primeiramente o texto que o antecede.

As narrações da proto-história do javista em Gn. 1-11 são "narrações de culpa e castigo" (13). Este duplo motivo nós encontramos em todas estas histórias, apesar de serem bem distintas em outros aspectos. Como outra característica fundamental nós temos o motivo da misericordiosa preservação.

(8) Assim com H. W. Wolff, *Das Kerygma des Jahwisten*, p. 355.

(9) Confira Gn. 18, 1-15 e 24, 34-36 e ainda as explanações de C. Westermann, *Arten der Erzählung in der Genesis*, em: *Forschung am A. T.*, Theol. Bücherei 24, 1964, pp. 18ss.

(10) Gn. 24, 34-36 e 26, 24 (J). Maiores detalhes em Wolff, l. c. pp. 355s.

(11) Maiores detalhes sob V.

(12) Confira Wolff, l. c. p. 357.

(13) Assim conforme C. Westermann, *Arten der Erzählung in der Genesis*, pp. 47ss. Como determinação da história da forma isto é insuficiente, pois existem outros tipos de "narrações de culpa e castigo" (p. ex. II Rs. 1, 2ss) e além disso o importante motivo da preservação (ver acima) não está contido nesta determinação.

Se seguirmos estes elementos nas narrações do javista, obtaremos o seguinte gráfico (14):

Caps.	2, 4b-3, 24	4, 1ss.	6, 1-4	6-8 *	9, 18-27	11, 1-9
Culpa	3,6	v. 8	v. 1-2	6, 5-7	v. 22	v. 4
Castigo	3, 22-24 (14-19)	v. 11-12	v. 3	7, 6-24	v. 25	v. 8-9
Preservação (15)	3,21	v. 15	v. 3	8, 20-22	v. 25	Gn. 12, 1-3

Nesse gráfico já se expressa a compreensão da proto-história que foi largamente reconhecida graças a G. von Rad (16). Von Rad fala de um aumento do pecado em forma de uma avalanche na proto-história (17). A seqüência das narrações denota como o homem mais e mais se perde no pecado, depois que ele se separou uma vez de Deus. Deus sempre de novo reage com castigos que culminam no final com a dissolução da unidade da humanidade. Ao castigo, porém, corresponde simultaneamente um ato de Deus que ajuda, que preserva, e isto perfaz a terceira característica fundamental destas narrações.

Estas três características se estendem por todas as narrações com uma exceção importante, porém: a história da construção da torre de Babel não mais deixa reconhecer uma vontade preservadora de Deus. Isto é tanto mais notável, sabendo-se que todas as narrações anteriores apresentavam este motivo. Por isso G. von Rad não vê o cap. 11 como término da proto-história, mas sim o cap. 12, 1-3; pois a promessa neste trecho corresponde à desconsoladora derrocada da narração da construção da torre de Babel e ocupa aqui o lugar do motivo do indulto, que aparece em todos os outros trechos.

Uma nova interpretação do fim da proto-história do javista estabeleceu R. Rendtorff (18). Para ele o fim da proto-história está

(14) Seguindo H. Gunkel (Genesis, 31910, p. 1) nós distinguimos nove unidades na proto-história do javista: 1. Narrativa do paraíso (2, 4b-3, 24) 2. Caim e Abel (4, 1-16) 3. Genealogia de Caim (4, 17-24) 4. Genealogia de Sete (4, 25s... 5, 29...) 5. Casamento dos filhos de Deus (6, 1-4) 6. Dilúvio (6-8*) 7. Noé e Canaã (9, 18-27) 8. Descendentes dos filhos de Noé (10*) 9. A história da construção da torre de Babel (11, 1-9). No que se segue só serão utilizados os trechos narrativos, isto é, não os números 3, 4, 8. Para uma delimitação literária mais exata confira M. Noth, Überlieferungsgeschichte des Pentateuch, 1948 = 21960, p. 29. A tabela acima pode servir naturalmente só para uma ligeira orientação.

(15) Para a função protetora da vestimenta em 3, 21 compare Ex. 22, 25s. Dt. 24, 12s. O motivo da preservação se evidencia em 6, 3 como limitação do prazo de vida (em lugar da destruição). De modo semelhante a maldição ocupa o lugar da extinção em 9, 25, compare com isto o êxito da história de Sodoma (Gn. 19), onde temos um delito semelhante.

(16) G. von Rad, Das formgeschichtliche Problem des Hexateuch, pp. 71ss, ATD 2/4, pp. 127ss; Theologie des AT, Vol. I (1957), pp. 165ss.

(17) ATD 2/4, p. 127.

(18) R. Rendtorff, Genesis 8,21 und die Urgeschichte des Jahwisten, Kerygma und Dogma, 7. Jg., 1961, pp. 69-78.

em Gn. 8, 21. Base para esta interpretação é a frase que o javista apresenta no epílogo da história do dilúvio (Gn. 8, 21a), que é traduzida do seguinte modo: “Não mais quero designar a terra amaldiçoada (como eu fiz até agora) por causa do homem, porque a formação do coração humano é mau desde a adolescência...” Para Rendtorff essa afirmação não pode ser relacionada com o acontecimento do dilúvio, porque o verbo *qillel* aqui usado jamais poderia designar o ato do amaldiçoar. Esta frase antes teria a intenção de mostrar para a maldição de Gn. 3, 17, onde nós temos igualmente esta expressão singular “por causa do homem”. Então teríamos aqui nada mais nada menos do que uma anulação da maldição da terra. O caminho está livre para o tempo da bênção que agora inicia: “enquanto existir a terra não deixará de haver sementeira e ceifa, frio e calor, verão e inverno, dia e noite” (v. 22).

Com isso existe para Rendtorff atrás da perícope do dilúvio uma profunda cesura: A proto-história javística, como uma história da maldição, encontra seu auge e fim com a história do dilúvio (Gn. 2, 4b-8, 21). No tempo da bênção, que agora inicia, a história da humanidade após Noé — a propagação da humanidade, a sua união para a execução da construção da torre de Babel e a sua dispersão — constitui uma pré-história para a eleição de Abraão, com a qual começa finalmente a história propriamente dita de Javé com Israel.

Esta interpretação que permite que a bênção tenha seus efeitos sobre a humanidade mesmo antes da eleição de Israel, não ficou sem influência (19). Contudo, suas fraquezas são reconhecíveis. Gn. 8, 22 não pode ser visto como uma fórmula de bênção, nem a partir da terminologia, nem a partir da forma literária, o que se deveria esperar obviamente em um trecho tão importante. A garantia que se dá aqui ao constante ritmo do ano agrícola não tem nenhum ponto de contato de peso, no que se refere ao conteúdo, com a maldição da terra em Gn. 3, 17. E principalmente: Se com Gn. 8, 21a é colocada fora de vigência a maldição de Gn. 3, 17 e se começa o tempo da bênção, porque não consta nada sobre a anulação das palavras de maldição restantes de Gn. 3, 14-19 (20)?

Em vista destas graves objeções parece-nos conveniente voltar à interpretação de Rad. Na união de proto-história e história da salvação (Gn. 2, 4b-12, 3) toda a história da humanidade se transforma numa pré-história da eleição de Israel. A proto-história, assim entendida, explica porque Israel foi eleito por Javé entre os demais povos. Como os planos de Javé com o mundo das nações tiveram que terminar na punição, não conseguindo, porém, chegar

(19) C. Westermann concorda, *Arten der Erzählung in der Genesis*, p. 57; mais reservado H. W. Wolff, *das Kerygma des Jahwisten*, p. 361. De modo diverso de R. Rendtorff, mas continuando sua tese, K. Koch, *Die Hebräer vom Auszug aus Ägypten bis zum Grossreich Davids* (VT 19, 1969, pp. 72s), contestou ser Gn. 12, 1-3 o início da história da salvação. Apresentou 9, 18-27 como tal. A tese de Koch é-me conhecida somente através de O. H. Steck, Gn. 12, 1-3 und die Urgeschichte des Jahwisten, em: *Probleme biblischer Theologie, FS für G. von Rad* (ed. H. W. Wolff), 1971, pp. 538s com obs. 38.

(20) Também a palavra da maldição sobre Canaã em 9, 25 não quer se enquadrar bem na interpretação de Rendtorff. Confirma ainda a pormenorizada exposição de O. H. Steck, em: *Probleme biblischer Theologie*, pp. 525ss.

assim ao seu alvo, Deus dirigiu primeiramente a sua vontade salvífica para Abraão/Israel. Por isso a proto-história é uma espécie de etiologia de Israel, que foi desenvolvida a partir da fé da eleição da tradição dos patriarcas (21).

IV. Gn. 12, 1-3 frente à proto-história e à história dos patriarcas.

Em Gn. 12, 1-3 proto-história e história dos patriarcas encontram-se em forma de complexa contraposição. Com o cap. 12 estreita-se o horizonte universal da proto-história e o olhar é concentrado para os patriarcas e para Israel. O javista quer dizer que Javé elaborou um novo plano para a salvação e reconquista da humanidade, que nos leva para o pequeno, para o particular, para Israel. Mas também em aspectos isolados torna-se patente tal comparação. O grande nome que Javé promete (12, 2) está em contraste com o nome que os construtores da torre de Babel querem alcançar com sua atrevida arrogância. Coisa semelhante poder-se-ia dizer da obediência de Abraão que rompe radicalmente com seu passado e que caminha para um futuro que se abre única e exclusivamente pela palavra de Javé (v. 4a). Em toda a proto-história encontramos somente o homem como ele se nos apresenta até hoje, o homem que determina autonomamente aquilo que é bom para ele, mas que, em realidade, alcança somente o que é mau e prejudicial para ele (22). O comportamento de Abraão corresponde por seu lado ao comportamento do homem original que recebe do seu criador o que este lhe destinou como bom (23). Assim é contraposto aqui ao homem que surgiu na proto-história um novo modelo antropológico. A iniciativa do homem, que surgiu na proto-história como desobediência do homem que se autodetermina, contrapõe-se a iniciativa de Javé que chama o homem à obediência.

A tônica desta comparação no entanto está neste par de palavras "maldição" e "bênção". "A proto-história do javista não conhece uma bênção de Deus que é atribuída aos homens e aos animais, conhece sim a maldição de Deus. Somente além da proto-história aparece na história com Abraão o homem ao qual é atribuída uma bênção divina" (24). A proto-história do javista está, em verdade, impregnada e sob o signo do motivo da maldição. Nela temos exatamente cinco ditos de maldição: as palavras sobre a serpente (3, 14), sobre a terra (3, 17), a maldição sobre o patriarca dos quenitas (4, 11) e a maldição sobre o patriarca dos cananeus (9, 25); o outro trecho de maldição 5, 29 refere-se a 3, 17. Programaticamente o javista introduziu em 12, 1-3 o motivo da bênção na história e apresentou-o nestes vv. cinco vezes de

(21) G. von Rad, *Theol. AT I* (1957), p. 168.

(22) Confira O. H. Steck, *Die Paradieserzählung. Eine Auslegung von Genesis 2, 4b-3, 24. Bibl. Studien 60* (1970), pp. 33ss com obs. 43.

(23) Assim em Gn. 2, 18-24. Ainda O. H. Steck, *Die Paradieserzählung*, pp. 119ss, especialmente p. 126.

(24) L. Rost, *Theologische Grundgedanken der Urgeschichte* (1957), em: *Das kleine Credo und andere Studien zum AT*, 1965, pp. 36ss; a citação é da p. 40.

forma variada. Nesta quintupla analogia de maldição e bênção a história da humanidade e a história de Israel são qualificadas e polarizadas como história de maldição e de bênção.

Tem-se atentado ultimamente para o fato de as palavras de maldição da proto-história estarem relacionadas com os delitos que estorvam e prejudicam a vida comunitária. Se nós olharmos as narrações do javista da proto-história sob o aspecto do relacionamento humano, veremos que os caps. 2-3 tratam da relação entre homem e mulher, no cap. 4 temos o relacionamento de irmão para irmão, no cap. 9, 18-27 temos focalizada a relação pai-filho assim como o relacionamento entre os povos (confira também a história da construção da torre de Babel). É sempre o comportamento nocivo à comunidade que é espontaneamente castigada nos ditos de maldição da proto-história. Conseqüentemente, a maldição tem o significado de uma "exclusão eficaz do âmbito salutar de uma comunidade" e com isso significa entrega "à esfera da desgraça" (25).

Em contraposição à maldição torna-se claro que com a bênção está relacionado um incremento da vida comunitária. A bênção tem em mira a possibilidade de uma vida em comunidade e um relacionamento comunitário intacto. Se a proto-história, com o motivo da maldição, apresenta um quadro de dissolução e anulação da comunhão, Gn. 12, 1-3, com a promessa de bênção, apresenta novas possibilidades para a realização de entendimento e comunhão.

V. Gn. 12, 1-3 como começo da história da salvação.

Gn. 12, 1-3 não é somente o fim da proto-história, mas é concomitantemente começo da história dos patriarcas e, com isso, da história da salvação. Seria contudo uma simplificação inadmissível se quiséssemos dizer que proto-história e história da salvação se sucedem sem interrupção como começo e continuação. Dificilmente o javista vê a história como um esquema em que as épocas se revezam. É certo que ele colocou a proto-história e a história de Israel lado a lado como história de maldição e de bênção, e a concordância mostra que depois de Gn. 12, 1-3 a palavra 'arar — amaldiçoar aparece uma única vez (Gn. 27, 29) na história dos patriarcas do javista, enquanto que a palavra berak — abençoar aparece ainda mais de trinta vezes. Mas se com isso se quer expressar uma seqüência temporal, isto é, que ao tempo da maldição segue o tempo da bênção, é pouco provável. Seria entender mal a história da salvação, se a entendéssemos como um estado de coisas sereno e pleno de bênção na ausência da maldição e de suas conseqüências. Da anulação da maldição e de suas conseqüências não é falado em parte alguma; conseqüentemente elas continuam a existir, também na "história da salvação". Essa se caracteriza exatamente pelo fato de Javé, com a bênção,

(25) Confira W. Schottroff, *Der altisraelitische Fluchspruch*, WMANT 30 (1969), pp. 199ss; a citação está na p. 206.

oferecer possibilidades novas que superam a maldição. Sob este aspecto Javé abre com a história dos patriarcas a história da salvação como uma história da bênção que rompe a maldição.

H. W. Wolff mostrou que a promessa da bênção em Gn. 12, 1-3 (3b!) constitui a idéia fundamental do pensamento do javista (26). Isto já foi observado na análise das questões da sintaxe e da história da tradição. A bênção é o centro da teologia do javista e seu tema é: "Bênção de Israel para todos!" (27). Deus exige que Israel seja uma bênção entre os povos. Neste sentido o J expôs a sua história da salvação. Assim o abençoado Abraão se tornará bênção para Ló, deixando-lhe magnanimemente terra boa (Gn. 13). Os amonitas e os moabitas necessitam da intercessão de Abraão (Gn. 18, 17ss, confira 19, 37s), se bem que nesse caso a "bênção" não consiga superar a "maldição". Os filisteus precisam do tratado de paz de Isaque (Gn. 26, 27ss) que, por seu turno, vale como abençoado (v. 29). O trabalho de Jacó junto a Labão significa ajuda econômica para os arameus (Gn. 30, 27ss, especialmente v. 30). Especialmente José atua como abençoado (Gn. 39, 5) entre os egípcios para a bênção e está em condições de fornecer a ajuda de que um mundo faminto necessita (Gn. 41, 47ss). No AT, a bênção é preponderantemente compreendida no sentido da valorização material (28). Também na tradição do Êxodo o javista continua mantendo o tema da bênção. Na narrativa das pragas, os egípcios passam a estar sob a maldição porque oprimem os hebreus. Assim, os israelitas são finalmente despedidos pelo faraó com as palavras: "Parti!... Servi a Javé... e consegui também para mim a bênção!" (Êx. 12, 31s).

Com sua exposição interpretativa das tradições da história da salvação, o javista ao mesmo tempo submeteu o termo tradido "bênção" a uma interpretação decisiva. Na tradição pré-javística ainda são reconhecíveis concepções de bênção que pertencem ainda ao âmbito pré-teológico, senão até ao âmbito mágico-dinamista. O ato da bênção do filho pelo pai (Gn. 27) é claramente uma transmissão de "força vital", sem que se fale nesse caso de uma atuação de Deus. Por seu lado, o javista deu um caráter teológico à bênção colocando com toda clareza Javé — conforme mostra Gn. 12 — como sujeito da bênção. Lado a lado com esta teologização da bênção vai a sua historização. No âmbito do pensamento a-histórico e das concepções mágico-dinamistas, a bênção é compreendida como palavra de poder de efeito imediato, cuja energia passa diretamente para o receptor no ato da bênção. Um resquício dessa concepção encontramos em Gn. 27, onde é narrado como Jacó, através de um truque, obteve a bênção de seu pai Isaque. O moribundo Isaque tem à sua disposição somente uma palavra de bênção; a bênção, uma vez concedida, entre em vigor e não mais pode ser anulada. A bênção não pode ser repetida. O javista, por sua vez, em Gn. 12,

(26) Assim no importante trabalho, *Das Kerygma des Jahwisten* (ver Lit. Obs. 6).

(27) H. W. Wolff, *Bibel AT*, em: *Themen der Theologie* 7 (1970), p. 36.

(28) Ver F. Horst, *Segen und Segenshandlungen in der Bibel* (1947), em: *Gottes Recht*, *Theol. Bücherel* 12, 1961, pp. 194ss.

fez da bênção um elemento da promessa. A bênção é prometida somente para o futuro, estando assim estreitamente ligada à história; ela deixa de ser a palavra de poder de eficácia imediata no sentido mágico-dinamista. Assim na compreensão cristã da bênção, a concepção de bênção, fundamentada pelo javista tem influência na forma de desejo, na qual expressamos a bênção (29).

Esta interpretação histórica da bênção tem como conseqüência a concretização da bênção no âmbito histórico. Para o javista, a bênção não se manifesta somente no acontecimento da natureza como força da fecundidade e do crescimento, mas também no processo histórico como superação de inimizade, como tratados de paz, como ajuda econômica e também como conseqüência da intercessão. Destarte pode toda tradição da história da salvação aparecer na obra do javista como expressão da bênção doada por Javé, bênção essa que se impôs no mundo dos povos como superação da maldição.

Simultaneamente com o exemplo das diversas concreções históricas da bênção, tornou-se clara a função "abençoante" e, com isso, a função de incrementar a vida comunitária de Abraão/Israel, função essa que deve ser levada em conta por eles em relação à população da terra.

A pergunta pelo relacionamento de Javé com os povos obtém finalmente agora sua resposta integral. A posição de Javé em relação aos povos caracteriza-se igualmente pelo tópico "bênção". O javista quer dizer com Gn. 12, 1-3: Javé abriu uma história universal de bênção e impôs a Israel, com a eleição de Abraão, a tarefa de atuar como mediador da bênção para todos os povos e modelar o futuro como bênção.

VI. O futuro como bênção.

O tempo do javista era o tempo de Davi ou de Salomão, portanto aquele tempo em que a existência de Israel como estado alcançava uma grandeza antes e depois nunca mais atingida. O reino davídico não era um estado nacional, mas sim um estado composto por muitos povos, segundo o modelo dos impérios do Antigo Oriente, no qual estavam reunidos os mais diversos povos (30). Nesse tempo, como nunca antes, Israel se vê confrontado com as "famílias da terra", e impõe-se com todo o vigor a pergunta pelo posicionamento que se deveria tomar frente aos outros povos, tendo como base a fé em Javé. Sob o aspecto "histórico-religioso" originou-se a pergunta pelo comportamento da religião e da cultura dos outros povos perante a fé em Javé. Visto teologicamente, tratava-se do problema central da relação de Javé com os povos. Por mais que o javista tenha mantido esse princípio teológico na reflexão dessa problemática, tampouco pode ser dito que

(29) Confira Claus Westermann, *Der Segen in der Bibel und im Handeln der Kirche*, 1968, pp. 56ss. 100.

(30) A. Alt, *Das Grossreich Davids*, 1950 (Kl. Schr. II, pp. 66-75). M. Metzger, *História de Israel* (Trad. N. Kirst-S. Schneider), Editora Sinodal, São Leopoldo, RS, 1972, p. 66.

ele tenha perdido de vista, ao dar suas respostas, a relação com a realidade de seu tempo. Pelo contrário, tornou-se cada vez mais claro que para o J a pergunta pelo relacionamento de Javé com os outros povos se torna concreta na pergunta pelo comportamento de Israel frente aos outros povos de sua circunvizinhança. O pensamento teológico do javista se desenvolve na unidade de reflexão e concreção.

O seu ponto de partida é a fé naquele deus que Israel experimentou como seu senhor na sua história. Sabendo-se isso, está praticamente respondida, com a preposição da proto-história, a pergunta pela relação entre tradição proto-histórica da humanidade e a tradição israelita da história da salvação (Credo), sendo Javé proclamado senhor de toda a história. É verdade que a humanidade efetivamente se coloca contra Javé com seu comportamento e passa a estar sob o signo da maldição, mas Javé, que quer a bênção e não a maldição, evidencia-se como senhor da história, oferecendo aos povos da terra uma existência abençoada numa comunidade sã e pacífica (Gn. 12, 3b) e colocando Israel como mediador da bênção (Gn. 12, 2b). Para o javista, o senhorio de Javé não é uma fórmula abstrata; ele se realiza no momento em que Israel cumpre a sua tarefa frente aos povos. O javista testemunha uma fé em Deus, a qual está dirigida para uma realidade concreta.

Nosso texto, Gn. 12, é por isso parte de uma teologia que está intrinsecamente ligada à realidade da época. Como nos mostrou a análise da história da tradição, o javista acolheu os motivos tradicionais da promessa da terra e descendência nos v. 1 e 2a com reserva, ou seja, ampliando-os. O javista sabe que essas velhas promessas já se tornaram realidade. Israel tornou-se um grande povo na terra prometida e o "grande nome" igualmente concretizou-se no império fundado por Davi (confira 2Sm 7, 9). Na era de Davi e Salomão a "bênção" já se tornou visível. Para o javista, portanto, já começou o futuro da palavra da promessa de Gn. 12, 1-3. Ele vê o Israel de seu tempo já no seu cumprimento, na sua realização. Nós nos lembramos que vimos essa palavra como uma livre formulação do J. Ele não pôde fundamentar essa palavra numa revelação, como o faziam os profetas, e também não o fez. É, portanto, o cumprimento das tradições da história da salvação, que legitimam o acréscimo da promessa, com a qual é aberto o futuro como bênção: em ti podem alcançar a bênção todas as famílias da terra.

Se o J interpretou, sob o prisma das antigas promessões, as condições do seu tempo como bênção, nem por isso nos é lícito menosprezá-lo como exemplo de uma teologia da corte, que nada mais quer senão sancionar o "status quo" como sendo muito bom e correspondente à vontade de Deus. Nós vimos que o imperativo do v. 2b está incluído na promessa do v. 3b; a tarefa de Israel: "Sê tu uma bênção!", está inserida no grande objetivo que Javé tem em mente para o mundo dos povos. A partir da proto-história ficou claro que a bênção significa

novas possibilidades de superação da maldição e somente estas podem levar o homem para a realização plena de sua existência. Refletiu-se porém na história dos patriarcas e do êxodo que o conteúdo da bênção tem por alvo a totalidade das condições comunitárias ameaçadas ou expostas ao perigo e que a bênção tem por meta a socialidade da vida no seu sentido mais amplo. O mais tardar, tornou-se claro aqui que o javista viu a tarefa de Israel quanto ao mundo dos povos, como crítica social. Pois este mundo dos povos não era qualquer um, mas tratava-se em primeiro plano de povos e grupos étnicos reunidos sob o governo de Davi. Exatamente a estes povos, submetidos por Davi, Israel deveria trazer a bênção em primeiro lugar, isto é, a total realização da vida comunitária, que parece faltar até o momento. De fato, a dissolução principiante do estado multinacional e a intranquilidade social ainda durante a vida de Salomão (31) mostram que uma plena integração social nunca havia sido alcançada. Impondo-se a Israel a tarefa de servir como transmissor da bênção entre os povos, ressoa nisso implicitamente uma acusação de caráter sócio-político, que chama Israel à sua responsabilidade.

Portanto, a tradição da história da salvação traz em si ambas as coisas, a promessa da bênção e também a incumbência de Israel. A partir disso não nos é possível ver a palavra da promessa do J como uma teoria piedosa, na qual é posta em destaque teologicamente a realidade econômica e política. É verdade que o javista interpretou as condições de seu tempo como "bênção", mas faz somente isso porque estava certo da realização da antiga promessa. A tarefa de Israel frente ao mundo dos povos tampouco pode ser visto como um impulso humanitário, que se teria originado de determinadas deficiências de ordem social da era davídica. Pois "a consciência de serem enviados", que se manifesta nesta incumbência, tem a sua base na eleição de Abraão/Israel, este, porém, é anterior ao javista e ao seu tempo (32) e remonta a tempos em que a situação econômica não fornecia um fundamento material para fazer surgir tal "idéia". Com toda a estreita relação com tempo a realidade de Deus determina a realidade empírica, e não vice-versa.

A tarefa de Israel em relação aos povos é, para o javista, desde o tempo dos patriarcas, uma incumbência constante. Já na sua exposição da história dos patriarcas e do êxodo ele mostrou, sob o ponto de vista de "bênção de Israel para todos os povos", o quanto Israel sempre deveu aos povos. Esta incumbência vale igualmente para o seu presente, para o tempo do reinado, como também para o futuro. De maneira alguma estão ultrapassadas, com o correr do tempo, as concreções históricas da bênção, expostas pelo javista. Pelo contrário, elas entraram como reivindicação à comunidade cristã nas condições atuais do mundo, justamente num estágio agudo.

(31) Ver Metzger, l. c. p. 72s.

(32) "Indiscutivelmente já estava nele (sc. no culto pré-javístico dos patriarcas) a posterior fé da eleição". G. von Rad, Theol. AT I (1957), p. 17.